

A ESPETACULARIZAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA ERA DO CAPITAL IMATERIAL

Eduardo Brandão Ornelas¹

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar de forma crítica, à luz da “sociedade do espetáculo” e do conceito de capital imaterial, a utilização da noção de “sustentabilidade” como ativo econômico pelas grandes corporações. Diante da recente valoração social de ações que contribuem para a preservação do meio-ambiente, muitas empresas têm divulgado práticas supostamente empenhadas com a causa ecológica. Por outro lado, se for detectado simulacro ou “Greenwashing” (“maquiagem verde”), por exemplo, a “boa imagem” pública gerada em um primeiro momento - adequada ao espetáculo das mídias-, pode-se transformar em perdas efetivas e caos à empresa. Para ilustrar essas discussões, faz-se uma análise do salgadinho “Fandangos-Eco”, lançado em 2009 pela Elma-Chips. Dentre os principais autores utilizados, é de se nomear Milton Santos, Karl Marx, André Gorz, Manuel Castells, Jean Baudrillard e Guy Debord.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Consciência ecológica. Modo de produção capitalista. Sociedade do Espetáculo. Capital Imaterial.

Abstract

This article aims to analyze critically in the light of the "society of the spectacle" and the concept of intangible capital, the use of the term "sustainability" as an economical asset by large corporations. Recently, with the recognition by society of measures that contribute to the preservation of the environment, many companies have announced practices supposedly committed with the ecological cause. Otherwise, if a simulacrum or “Greenwashing” is detected, the “favourable” public image can turn in chaos and losses for the company. To illustrate these discussions, there is herein, in this article, an analysis of the snack "Fandangos Eco", launched in 2009 by Elma-Chips Company. Among the main authors used during this analysis, it is important to mention Milton Santos, Manuel Castells, Karl Marx, André Gorz, Jean Baudrillard and Guy Debord.

Key-words: Sustainability. Ecological awareness. Capitalist mode of production. Society of Spectacle. Intangible capital.

¹ Mestrando em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero – E-mail: edub2001@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar a incorporação da noção de sustentabilidade pelo sistema capitalista, atualmente caracterizado pela exploração crescente de bens imateriais. Essa hipótese funda-se na conjectura de que a ideia de “sustentável” - capaz de gerar lucro e, ao mesmo tempo, contribuir para a construção de um mundo melhor - tem sido, não raros casos, distorcida. São muitos os setores empresariais – jornalismo, publicidade, marketing e áreas afins inclusas – a empregar rubricas a exemplo de “desenvolvimento sustentável”, “consciência ecológica” e “empresa-cidadã” de maneira inapropriada. Numerosas organizações se dizem defensoras de “práticas mais sustentáveis” sem, de fato, adotarem tais práticas.

Ainda que não se possa imputar má-fé deliberada para todas as empresas que se vendem como sustentáveis sem, de fato, o ser, pois existe a possibilidade da falta de conhecimento técnico e/ou científico – às vezes isto é flagrante –, cria-se, eis o argumento deste trabalho, um “simulacro do sustentável”. Se, como quis Guy Debord, vive-se tempos de “espetáculo”, ou de relações sociais mediadas por imagens, que na pós-modernidade converteram-se em signos autorreferentes vazios de sentido, ou simulacros (Baudrillard, 1992), parece lícito acusar o selo “sustentável” representar, por vezes, práticas que só existem nos anúncios publicitários e matérias jornalísticas. A “boa imagem”, exclusivamente retórica, engana o consumidor e agrega valor simbólico e financeiro a empresas e produtos poluentes e predatórios, ecologicamente insustentáveis.

O QUE É SUSTENTABILIDADE?

Apesar de existirem diversas definições para o termo sustentabilidade, neste artigo, será considerado como basicamente um conjunto de ações e atividades humanas que buscam atender às necessidades atuais dos seres humanos, sem que haja comprometimento do futuro das gerações vindouras. Está assim relacionado ao desenvolvimento econômico e material com agressões mínimas ao meio ambiente.

Também é fato que o ser humano precisa utilizar recursos naturais de maneira adequada e inteligente, para que estes não se esgotem rapidamente e continuem a existir no futuro.

Valéria R. R. Silva (2012) esclarece que:

a palavra ‘sustentável’ tem sua origem no latim *sustinere*, que significa aguentar, apoiar, suportar. *Sustinere* é derivação da palavra *citare*, que significa encorajar, promover. *Citare*, por sua vez, tem sua origem na palavra *citus* (rapidez, movimento rápido). Sustentabilidade, portanto, carrega em seu significado dois comandos bastantes explorados pelo movimento ecológico: apoiar e promover, com o senso de urgência muitas vezes estabelecidos pelos diversos agentes do movimento: empresas públicas e privadas, Governos, Organizações Não Governamentais, instituições educacionais, entre outros (Silva, 2012, p. 30).

O termo ‘desenvolvimento sustentável’ começou a ser utilizado em 1987, quando a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, formada pela Organização das Nações Unidas (ONU), lançou o documento *Nosso Fórum Comum*, conhecido também como Relatório *Brundtland*. (Idem).

Valéria R. R. Silva (2012) também alertou que tal relatório definiu o termo desenvolvimento da seguinte forma:

um processo que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades’ (Relatório Brundtland, 1987, p. 9).

O desenvolvimento sustentável pressupõe ações relacionadas: à exploração dos recursos minerais e vegetais de forma controlada e com planejamento de longo prazo; no caso de recursos vegetais, providenciar replantios e/ou afins, além da preservação de trechos de florestas nativas e das matas ciliares; produção e consumo de alimentos orgânicos (além dos benefícios que promovem à saúde humana, os agrotóxicos são agressivos ao meio ambiente); a fomentar fontes energéticas limpas e/ou renováveis, de forma a reduzir a utilização de combustíveis fósseis; reciclagem de resíduos sólidos; às tentativas de reduzir o consumo de energia, entre outros; à racionalização do uso da água.

Desta forma, estão integradas neste conceito questões sociais, econômicas, energéticas, ambientais e culturais.

A RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA

Apesar dos economistas clássicos – destacadamente Adam Smith e David Ricardo - terem identificado que os bens produzidos pela atividade humana eram escassos e criarem as bases da “lei da oferta e procura”, havia a impressão de tudo o que se referia à natureza era abundante e, até certo ponto, ilimitado. De alguma forma, havia a ideia de que a água e a madeira, por exemplo, poderiam ser utilizadas sem preocupação, *ad eternum*.

Por séculos, as vozes que se manifestavam a respeito da relação “homem x natureza” eram aquelas que procuravam compreender como o homem modificava a natureza, adaptando os recursos existentes às suas necessidades, transformando assim o espaço em um espaço humanizado. No Brasil, Milton Santos (1978) é considerado o principal nome da Geografia Crítica, promovendo análises fenomenológicas, identificando processos naturais e socioespaciais em sua busca por uma teoria do espaço e também da urbanização, especialmente nos países subdesenvolvidos. Milton Santos foi ganhador do Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud de 1994, que é considerado o Nobel de Geografia.

O espaço deve ser considerado em sua totalidade, o que envolve um processo histórico (passado-presente) e todo um conjunto de relações sociais, havendo leis próprias e certa autonomia entre os lugares.

Para esse autor, o espaço resulta, desta forma, do desenvolvimento das forças produtivas, das suas relações de produção, além das necessidades de circulação e distribuição. E, para tanto, o próprio desenvolvimento do capitalismo foi fundamental, constituindo a urbanização, um dos resultados dos processos históricos.

O espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado,

situações que se apresentam na atualidade. (...) a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo (SANTOS, 1985, pp. 21-22).

O território é assim estabelecido historicamente como uma parte do espaço, o que foi imposto pelos homens à natureza. O autor alerta, porém, que a:

configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, 1996, p.51).

Desta forma, o espaço engloba o território modelado e físico, enquanto o território corresponde aos complexos naturais e às alterações ou modificações promovidas pelo homem, ou seja, as habitações, indústrias, vias e estradas e as próprias cidades. O território é assim construído pelo homem histórica e socialmente, negando a natureza que existia originalmente naquele espaço.

Há algumas décadas, poucas pessoas demonstravam preocupação com o meio-ambiente. Do meio do século XX aos dias atuais, surgiram vozes claramente contrárias à exploração irrestrita da natureza pelo homem. Alguns destacavam a importância de se preservar determinados espaços, tais como florestas, para que as futuras gerações continuassem a ter acesso a alguns locais em que a ação humana tem menor impacto; outros alertavam sobre os excessos quanto aos desmatamentos e impactos sobre o meio-ambiente e a biodiversidade; havia quem procurasse preservar determinadas espécies profundamente ameaçadas de extermínio; cientistas estudavam - e continuam a estudar- os impactos da atividade humana sobre a camada de ozônio e o efeito-estufa, além dos impactos nocivos da poluição sobre a saúde humana.

Importantes pesquisadores dos dias atuais avaliam a gravidade desta relação predatória do ser humano com o meio-ambiente. De certa forma, a velha lógica de destruir e dominar é algo intrínseco à atividade humana sobre o meio-ambiente e isto foi profundamente exacerbado sob o modo de produção capitalista, que busca aumento de produtividade, lucratividade e o próprio aumento do capital. Assim, veem-se a explosão das megacidades, a bomba de calor urbana, o aquecimento global, o efeito-estufa, entre outros

fenômenos, lembrando que a urbanização acelerada e sem planejamento adequado, nos países subdesenvolvidos, trouxe consigo uma série de problemas sociais.

É fato que a Ecologia nunca foi tão discutida como nos dias atuais. Por outro lado, não se pode confundir Ecologia com a defesa da preservação de determinados animais ou plantas ou uma luta contra a poluição. A palavra vem do grego “oikos” (casa) e “logos” (estudo), sendo, de maneira um tanto simplista, o ramo das Ciências Biológicas que estuda os organismos vivos no meio-ambiente e suas interrelações com este. Já ecossistema seria uma espécie de conjunto da comunidade (ou seja, os seres vivos que ali residem) e do ambiente (basicamente solo, água e ar).

Algo muito grave, quando se pensa em agressão ao meio-ambiente, é a quebra da cadeia alimentar com a substituição da mata nativa por uma espécie estranha ou exótica, como acontece no plantio de eucalipto.

“(…) Os cereais são utilizados como fonte alimentícia de determinados organismos como, por exemplo, os camundongos silvestres, que fazem parte da dieta alimentar de carnívoros. Esta ordem sequencial denomina-se cadeia alimentar.

As cadeias de alimentos são formadas por elos ou níveis que se agrupam, em cada um deles, organismos de mesmas preferências alimentares.(…)” (MIZUGUCHI, 1981, p. 15).

RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Para analisar o capitalismo de hoje, não se pode deixar em plano secundário o processo histórico global e local, incluindo neste contexto os aspectos culturais e comunicacionais de cada sociedade, a própria evolução do conhecimento humano e os processos tecnológicos desde os primórdios da civilização até os dias atuais.

O modo de produção capitalista – baseado em toda uma ideologia liberal (ou neoliberal) burguesa, cujo “norte” se deu por meio do ideal de “*laissez faire, laissez passer*” - sofreu inúmeras adaptações e até mutações ao longo do tempo (desde a Revolução Industrial, passando pelo Fordismo, até chegar ao momento atual), processo que esteve e

está totalmente vinculado ao próprio crescimento e fortalecimento das cidades e da vida urbana.

Apesar de toda a evolução constatada sob os mais diferentes aspectos, persiste a necessidade de gerar excedentes, “mais-valia”, de acumular capital, a própria manutenção da alienação do trabalhador e de um exército de reserva, dentre muitas outras características deste modo de produção, tal como Marx analisou.

O marxismo é um complexo conjunto de teorias econômicas, políticas, sociais e filosóficas, baseadas na concepção materialista-histórica e na dialética, elaboradas por Karl Marx e Friedrich Engels, que influenciou diversos intelectuais (que procuraram desenvolvê-lo como teoria) e a própria classe trabalhadora em diversas regiões do mundo. Para o marxismo, o homem é um ser social, histórico, capaz de, ao longo do tempo, aumentar a produtividade de seu trabalho, diferentemente dos outros animais.

Com base na leitura de Marx (2008), entende-se que o modo de produção capitalista torna necessária a geração de excedentes. É uma questão de “sobrevivência” ao sistema. Já com a divisão do trabalho, o trabalhador deixa de saber plenamente o que a sua força de trabalho de fato produziu (trata-se da alienação do trabalhador), o que facilita o capitalista a se apropriar de uma parte que caberia ao proletariado. A este ganho, que não caberia ao dono dos meios de produção, se denomina “mais-valia”, que, acumulada, reinvestida na produção e novamente acumulada, permite ao capitalista aumentar suas riquezas.

Mais-valia assim constitui a base fundamental do lucro do sistema capitalista, pois o capitalista apropria-se desta, sendo a diferença calculada entre o valor final da mercadoria produzida contra o somatório do valor referente aos meios de produção e ao trabalho no capitalismo.

Marx também identificou que o capitalismo produziria tensões internas, por ser contraditório e complexo em sua essência, o que culminaria em um novo Sistema.

O CAPITAL IMATERIAL

Gorz (2003) aborda a transformação na produção capitalista ocorrida nas últimas décadas do século XX, esclarecendo que o modo de produção de tal sistema é complexo, heterogêneo e que se tem adaptado:

Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado na valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização do capital dito imaterial, qualificado também como “capital humano”, “capital-conhecimento” ou “capital-inteligência”. Essa mutação é acompanhada de novas metamorfoses do trabalho. O trabalho abstrato simples que, desde de Adam Smith, era considerado como a fonte do valor, é agora substituído por trabalho complexo. O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produto por unidade de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar. (Gorz, 2003, p. 15)

Os autores franceses, de um *capitalismo cognitivo* e de uma *sociedade do conhecimento*. (Gorz, 2003, p. 15).

Juntos, a inteligência, o saber e a imaginação constituem o capital humano. Os colaboradores fazem, assim, parte do capital das empresas e a motivação, criatividade, capacidade de inovação, de bem atender os clientes e resolver problemas são diferenciais importantes às corporações; no entanto é difícil quantificar estas questões. O tempo não mais serve para mensurar o desempenho e especificar o valor.

Por esses e outros motivos, a gestão de objetivos e o estabelecimento de metas foi ganhando espaço no processo de gestão de pessoas, impactando, ao mesmo tempo, na qualidade da coordenação.

Na era do capital imaterial, não há como dissociar as disposições afetivas, por exemplo, das demais capacidades e habilidades do indivíduo. Colaboradores, assim, desenvolvem suas capacidades e potencialidades para fora do ambiente de trabalho.

Para Gorz, "Não é mais o sujeito que adere ao trabalho, mas o trabalho que adere ao sujeito" (GORZ, 2003, p. 22).

Diminuem assim as diferenças entre sujeito e empresa. Para Gorz (2003),

essa é a visão neoliberal do futuro do trabalho: abolição do regime salarial, auto-empresendedorismo generalizado, e a subsunção de toda a pessoa, de toda vida pelo capital, com o qual cada um se identificará inteiramente. (GORZ, 2003, p. 25).

No período "pós-salarial", teoricamente, o desemprego desaparece assim como o conhecido regime salarial. Desta forma, se a empregabilidade está em falta para determinada atividade, cabe a cada um adquirir novas competências que possam ser ofertadas no mercado de trabalho.

No 2º capítulo, Gorz (2003) analisa o capital imaterial, iniciando por meio da crise do conceito de valor. Apesar de o conhecimento não poder ser expresso em unidades de valor, o sistema faz com que o conhecimento funcione como um capital, incorporando-o nas mercadorias produzidas a partir dele, passando a ser propriedade da empresa.

Gorz elabora o conceito de capital imaterial e estabelece de maneira mais clara o que diferencia os conhecimentos e os saberes, abrangendo a atuação da publicidade e como ela se relaciona com o interesse comum e a cidadania.

Também considera que não é positiva a submissão da ciência ao sistema (capitalista), esclarecendo que isso leva a consequências muitas vezes nocivas.

No 3º capítulo, o diálogo com André Gorz (2003) leva a refletir sobre as incoerências e contradições do capitalismo cognitivo. Ele alega que:

o 'capitalismo cognitivo' é um capitalismo que sobrevive à debilidade de suas categorias fundamentais. Essas categorias fundamentais, trabalho, valor e capital, manifestam-se somente através da troca de mercadorias e possuem uma substância comum: a quantidade de trabalho abstrato, em forma de mercadoria, mensurável em unidades de tempo. (GORZ, 2003, p. p. 59).

Gorz (2003) sugere que as redes poderão constituir uma espécie de esboço de um mundo novo ou diferente, desde que se difundam na sociedade, e que permitam determinado nível de experimentação, sem os grandes dogmas preconizados pelo capitalismo.

Utilizando a criatividade e o saber, por este caminho, pode-se fazer com que a sociedade perceba a inadequação de diversos valores do capitalismo, que ele denomina comunismo do saber.

ERA DA INFORMAÇÃO, NOVAS MÍDIAS E CAPITALISMO

Por meio da releitura de alguns textos de Manuel Castells (2008), é possível entender que as emoções – raiva, medo, entusiasmo, entre outros - podem desencadear movimentos sociais, que hoje estão em rede e se manifestam de formas múltiplas. Esse autor acredita que os movimentos sociais são inicialmente espontâneos, baseados em um fator motivador de indignação, porém este processo se dá de forma viral, propagando-se rapidamente na população que tem interesses bem diferentes daqueles das elites.

Os marxistas entendem que aumentam as desigualdades sociais e econômicas, com base neste acúmulo de riquezas nas mãos de poucos, que está vinculado a um processo histórico de concentração e centralização, atrelado à detenção do poder.

Neste momento, em especial nos países mais desenvolvidos, as pessoas não trabalham “sete dias” por semana, nem permanecem confinadas “dentro de uma fábrica” (tal como em tempos de revolução industrial). Por outro lado, convivemos com trabalhos diferenciados, em que as pessoas podem ser acionadas por acesso remoto e notebook ou mesmo Blackberry, tendo de estar disponíveis 24 horas por dia (mesmo que não estejam formalmente sujeitas a um “patrão”). Alguns são autônomos, profissionais liberais ou microempresários. Há, também, toda uma atividade intelectual e de “contracultura”, ao mesmo tempo em que, em determinadas localidades, continua a existir uma economia de subsistência. De certa forma, o capitalismo persiste, devido à sua flexibilidade e adaptabilidade.

Considerando, ainda, que se dispõe hoje de uma sociedade em rede, e que, segundo Castells (2008), a informação é o principal item desta nova etapa, existirá espaço suficiente, nas mídias atuais, para se buscar uma nova noção de liberdade e até mesmo de democracia

diferente dos moldes preconizados pela visão neoliberal-burguesa hegemônica? Será que a civilização atual se prepara para uma nova etapa na qual haja maior justiça social?

Não há condições de se afirmar isto, pois a cultura do consumo e de classe média tem-se alastrado cada vez mais, apesar das pessoas terem consciência de que é preciso cuidar da natureza e da sociedade com maior zelo.

As novas mídias têm contribuído significativamente ao estabelecimento de uma nova organização social, na qual existe maior liberdade de opinião e de expressão da população e da juventude brasileira. Diante disso, a própria mídia tradicional tem tido que dar uma cobertura mais coerente às questões políticas e econômicas desta nova era. A informação nunca circulou com tanta velocidade quanto nos dias atuais.

Celulares, tablets e outros aparelhos eletrônicos também dão todo um suporte para a transmissão ou detecção *online* de informações a um número cada vez maior de pessoas. A informação circula de forma ágil e prática, e a Internet viabiliza diversas oportunidades comunicacionais complexas, dinâmicas e eficazes. Em paralelo, esta mesma juventude (do Brasil) não conviveu com uma ditadura militar ou com inflação.

A professora, pesquisadora e jornalista Raquel Recuero (2009) analisou, dentre outros fatores, as redes sociais e o conjunto de interações envolvidas, seus atores, seus elementos e conexões, entendendo que as interações podem ocorrer de forma mútua ou reativa, síncrona ou assíncrona, baseada em laços fortes ou fracos, abordando ainda a questão do capital social e da necessidade de visibilidade. Ela defende a ideia, por exemplo, de que, para existir no ciberespaço, é necessário que seja visto.

Recuero (2009) defende a ideia de que existe a rede social emergente, na qual os laços são fruto da interação entre seus atores, além da rede social “associativa”, que se caracterizam por laços atrelados a relações de pertencimento. É essa articulação em rede que é facilitada e viabilizada pelos sites de redes sociais, tais como Twitter e Facebook, que modificam a dinâmica comunicacional, de modo a:

- a) facilitar a disseminação de informações, dadas as inúmeras formas de repassar informação que são proporcionadas por esses ambientes e a

visibilidade que esse material ganha dentro das redes pessoais de cada indivíduo;

b) possibilitar a disseminação ampla de informações não necessariamente pela abrangência da audiência de um ator, mas pela soma progressiva da audiência de vários atores;

c) permitir que informações disseminadas nessas redes saiam delas para chegar a outros ambientes socialmente reconhecidos, como os meios de comunicação, onde deixam de ter status apenas de opiniões e/ou informações de indivíduos para ganhar o caráter de notícia (Nina Santos e Maria Paula Almada, em artigo publicado na Revista Contempo – Volume nº4, Ano 4, 2012).

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS *VERSUS* SIMULACRO EM SUSTENTABILIDADE

Parte daquilo que hoje transita nas redes sociais é provida por fontes não confiáveis e tudo está impregnado de ideologia, interesses pessoais ou mesmo empresariais.

Simulacros de sustentabilidade, por sua vez, não agregam valor quanto à defesa do meio-ambiente. Quem vincula sua marca a “*fakes*” (falsos) pode ter grandes problemas nesta “era da informação”, já que propaga imagens distorcidas ou enganosas à população.

Na atual sociedade do espetáculo, muitas empresas têm, constantemente, procurado associar sua marca a práticas mais sustentáveis e à ecologia. Algumas companhias passaram a mencionar que reaproveitam garrafas plásticas (em geral, de refrigerantes); outras dizem que reciclam papel ou que financiam a manutenção de florestas, entre outros.

Isto leva a uma série de questionamentos, por exemplo: -Até que ponto, tais grupos empresariais, de fato, têm feito algo em favor do meio-ambiente? Existe alguma outra intenção em suas ações, além de criar uma imagem melhor (de defensora de práticas mais adequadas ou menos nocivas ao meio-ambiente)? Que casos são meramente investimento com foco em multiplicação do capital? E, até que ponto, as atividades supostamente sustentáveis de algumas empresas de fato se concretizam em ações sustentáveis?

No capitalismo contemporâneo, uma imagem de “empresa consciente”, “empresarialidade” e/ou afins pode agregar valor à sua marca e tornar a empresa mais valorizada tanto

a consumidores de seus produtos como também a investidores. Esta é uma das “facetas” do capitalismo contemporâneo.

- **Estudo de caso “FANDANGOS ECO”**

A tradicional empresa Elma-Chips de salgadinhos e biscoitos lançou, em 2009, uma nova modalidade de um de seus principais produtos: o “Fandangos-Eco”.

Sendo inicialmente lançado como “integral, assado e com alto teor de fibras” dava a impressão de ser uma opção de lanche saudável - quando possui elevado nível de sal. O produto em si também era apresentado no formato de bichinhos selvagens, e acompanhado de um cartão dotado de fotos e curiosidades do mundo animal, como um brinde.

Independente disso, assim que o salgadinho chegou ao mercado, descobriu-se que para fabricar o “Fandangos Eco”, poluía-se mais do que para confeccionar a versão tradicional do petisco.

Acima de outras questões, este caso relativo ao “Fandangos-Eco” demonstra claramente o interesse de uma corporação importante em associar sua marca ao “verde”, “ecológico”, “sustentável”, ou ao “saudável, porém de uma forma desnecessária, gerando toda uma discussão e crítica a respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existiu um modismo nos últimos anos neste sentido, por isso não se pode afirmar que tenha existido má-fé de empresas em pretenderem vincular suas marcas ao “ecologicamente correto”, no entanto é fundamental que o façam seriamente e não por meio de “Greenwashing” (“maquiagem verde”) ou mesmo simulacro.

O principal objetivo social deste artigo é incentivar as corporações a investir nas melhores práticas - de fato, ecológicas. O resultado será bem mais consistente e o risco de insucesso de seus produtos será bem menor. No capitalismo, é legítimo o ganho obtido se fizer algo em prol do meio-ambiente.

As grandes corporações não podem ser irresponsáveis ao ponto de deixarem de proteger parte importante de seu patrimônio, em especial seu capital humano, imaterial e

suas marcas. Os seus administradores não podem pensar apenas no lucro imediato, mas sim proteger o patrimônio dos acionistas no longo prazo.

Todos sabem que existem custos elevadíssimos para se criar marcas de qualidade e que são também altos para mantê-las com credibilidade.

Por fim, estamos em meio à sociedade do espetáculo e na era da informação, qualquer “negative media” pode se propagar rapidamente e prejudicar qualquer marca. É bem melhor manter as melhores práticas e se proteger de associações a simulacros, “fakes” (falsos) e “greenwashing”. Ou seja, a prática sustentável, que de início poderia repercutir na valorização dos ativos da empresa e gerar lucros crescentes, pode se transformar, no caso de descoberta do simulacro, em perdas efetivas ou até mesmo o caos, com a quebra da empresa.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. Tela Total. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. A sociedade do consumo. Lisboa: Elfos, {s.d.}

_____. Simulacros e simulações. Lisboa: Relógio d'Água, {s.d.}

CASTELLS, Manuel. Redes de Indignación y Esperanza - Los movimientos sociales en la era de internet. Madrid, Alianza Editorial, 2012.

CASTELLS, Manuel. Cidade, Democracia e Socialismo. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura - Volume 1 - A Sociedade em Rede. São Paulo, 11ª Edição - Editora Paz e Terra, 2008.

COELHO, Cláudio. KÜNSCH, Dimas A. MENEZES, José Eugênio O. (Organizadores). Estudos de Comunicação Contemporânea – Perspectivas e Trajetórias: São Paulo – Ed. Plêiade, 2012

CONTRERA, M. S. Acerca da relação entre Comunicação, Cidadania: re-significações necessárias. In SAMPAIO, Inês (Org.). Comunicação, Cultura e Cidadania - Campinas, Pontes Editores, 2012, p. 35-47.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Lisboa, Edições Mobilis in Mobile, 1991.

FERNANDES, Roberta A. de B. Discursos de Sustentabilidade: o caso Paragominas., 2011.

GORZ, André. O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital. Paris, Galilée, 2003.

GOMES, Wilson. “Participação política online: questões e hipóteses de trabalho”. In: MAIA, Rousiley Celi; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (Org.). Internet e Participação Política no Brasil. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19 - 45.

GORZ, André. (1982) Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro, Forense.

_____. (1968) Estratégia operária e neocapitalismo. Rio de Janeiro: Zahar.

HABERMAS, Jürgen. “O papel da sociedade civil e da esfera pública política”. In: Direito e Democracia: entre faticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 57- 123.

HARVEY, David. (1998) A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola.

HAUG, Wolfgang F. Crítica da Estética da Mercadoria. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

HOBSBAWM, Eric. (1996) Era dos extremos – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das letras.

KLEIN, Naomi. Sem logo: A Tirania das Marcas num Planeta Vendido. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.

MARX, Karl. O Capital. 26a. ed. Livros I e II - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. Grundrisse. - Berlin: Dietz Verlag, 1953.

MÉSZAROS, Esteván. A Crise Estrutural do Capital. 1a. ed. São Paulo: Boitempo Editorial 2009.

MIZUGUCHI, Yoshito. ALMEIDA, Josimar R. PEREIRA, Luiz A. Introdução à Ecologia: São Paulo – Ed. Moderna, 1981.

SANTOS, M. A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 2000.

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

SANTOS, M. Território globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Nina & ALMADA, Maria Paula (2012) -“Twitter e as marchas anticorrupção: Uma Análise do posicionamento discursivo da manifestação em relação ao sistema político”

SILVA, Valeria R.R. A evolução do conceito de sustentabilidade e a repercussão na mídia do país. PUC, 2012.

Contempo – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero – Volume nº 2, Ano 3 – Dezembro 2011.

Relatório Brundtland. Nosso futuro Comum. ONU, 1987.

www.exame.com